

NOTAS E INFORMAÇÕES

Em busca de maioria

O presidente Collor de Mello tomou conhecimento, semana passada, de que seu governo conta, no máximo, com 40% dos votos do Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados — havendo quem estime em apenas 32% a coorte dos que formam com o Executivo (e em algumas questões). O deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL, que estava cansado “de ser monarquista, pois o rei é republicano”, deixou o almoço com o chefe de governo mais satisfeito, sexta-feira, depois de comprovar que o presidente colocara o contato com parlamentares como uma de suas prioridades. Convenceu-se, finalmente, de que o “rei é monarquista”. A satisfação, ou o alívio de Fiúza e do próprio senador Marco Maciel, que partilha de igual desencanto com a maioria governista, se deve seguramente à promessa de que o Executivo tudo fará para que os 32% ou 40% permaneçam como são. Resta saber como se alcançarão os 51% sem os quais o governo soçorbará em seus esforços de modernização e em quaisquer outros que pretenda desenvolver para ver transformadas em lei as medidas que reputar necessárias. O ministro da Justiça, apenas assumiu a função, tomou consciência de suas dificuldades como articulador político do governo com a função precípua de aglutinar uma “massa crítica” capaz de fazer florescer maioria governamental que não se tivesse de reunir caso a caso. Ora, por mais que Fiúza, Maciel e Passarinho perdessem tardes e noites nas articulações e o pre-

sidente promettesse mudar de estilo no tratamento de deputados, não se consegue maioria. Dessa situação, aproveitam-se, como é óbvio, os pequenos partidos, que não têm compromissos ou engajamentos doutrinários maiores: caso a caso, ajudam o Executivo a ser vitorioso ou o derrotam. Agora, começa-se a perceber que não é apenas nas pequenas agremiações que se dá esse tipo de composição majoritária “ad hoc” no PMDB, também! As reverberações desse tipo de comportamento de membros da bancada do partido majoritário (que, apesar dessa condição, não tem maioria para se impor ao governo) atingiram o diretório nacional da agremiação, depois do Congresso do PMDB realizado em Brasília semana finda. Para horror dos que aprovaram estatuto defendendo a fidelidade partidária, registrou-se que, na votação da admissibilidade da MP 296 (votação que não ocorreu por falta de quórum, beneficiando, assim, o Executivo), o concurso das ausências de deputados do PMDB foi providencial: dos 111 deputados do partido, 34 deixaram de comparecer. O escândalo toma conta, hoje, das vestais do partido, pois se suspeita de que pelo menos nove desses 34 tenham atendido aos apelos dos governadores de seus Estados, os quais, ao que tudo indica, sucumbiram à dialética telefônica do ministro Passarinho.



No congresso partidário, ergueram-se iradas vozes de protesto — mas nenhuma delas foi audaz o suficiente para pedir punições. Nem mesmo o presidente nacional do PMDB, que necessita da coesão partidária para realizar seus sonhos políticos, ousou sugerir-las. Lembrou apenas que esse tipo de desrespeito não pode continuar, que, “para bom entendimento, um pinga é letra”.

A inovação do presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, em matéria de ditados populares não muda a realidade do quadro: há fortes suspeitas de que os governadores de Goiás e do Pará preferem atender aos apelos do ministro Passarinho em prol da governabilidade que às ameaças do ex-governador Orestes Quêrcia, que não sabe se conta com apoio suficiente no partido para sair expulsando aqueles que votam com o presidente da República. Mesmo porque, político experimentado, Quêrcia sabe que as eleições para renovação da Câmara e do Senado serão em 1994 e os deputados, para reeleger-se, necessitam do apoio do governador de seus Estados e não daquele que, segundo espera, será o candidato à Presidência da República. A menos que os governadores peemedebistas dispostos a integrar a “massa crítica” sejam expulsos do partido, eles é que comandarão o processo eleitoral, especialmente em Estados como Goiás e Pará. O

Brasil não mudou — e disso, por experiência própria, Quêrcia sabe.

A sabedoria política dos governadores Íris Rezende e Jader Barbalho pode auxiliá-los a resolver problemas não tão grandes quanto os do Rio de Janeiro, mas suficientemente importantes para eles. Aliás, se é verdade que tiveram responsabilidade pela ausência desses nove deputados do PMDB, deram ao presidente Collor de Mello a demonstração de que são mais importantes, para os planos do Executivo, que Brizola, que nada faz para levar o PDT a compor-se com a maioria minoritária de 40%. Resolvem, assim, estamos certos, seu problema. Não o do chefe do governo, que deve continuar cuidando de a cada votação importante (e todas serão relevantes daqui para a frente) encontrar maioria, ou deputados dispostos a não dar quórum para evitar derrotas de outro modo certas.

Possivelmente, o ministro Jarbas Passarinho, Fiúza e Maciel já tenham encontrado a fórmula mágica, que não pode ser fisiológica, de converter uma maioria de 32% em maioria de 51%. Talvez seja por isso que, em sua última entrevista antes de embarcar para os Estados Unidos, o presidente Collor de Mello não tenha poupado setores do PMDB de severas críticas. Em nome da governabilidade, será bom que a poção da longa vida tenha sido descoberta — caso contrário, continuaremos de crise em crise...